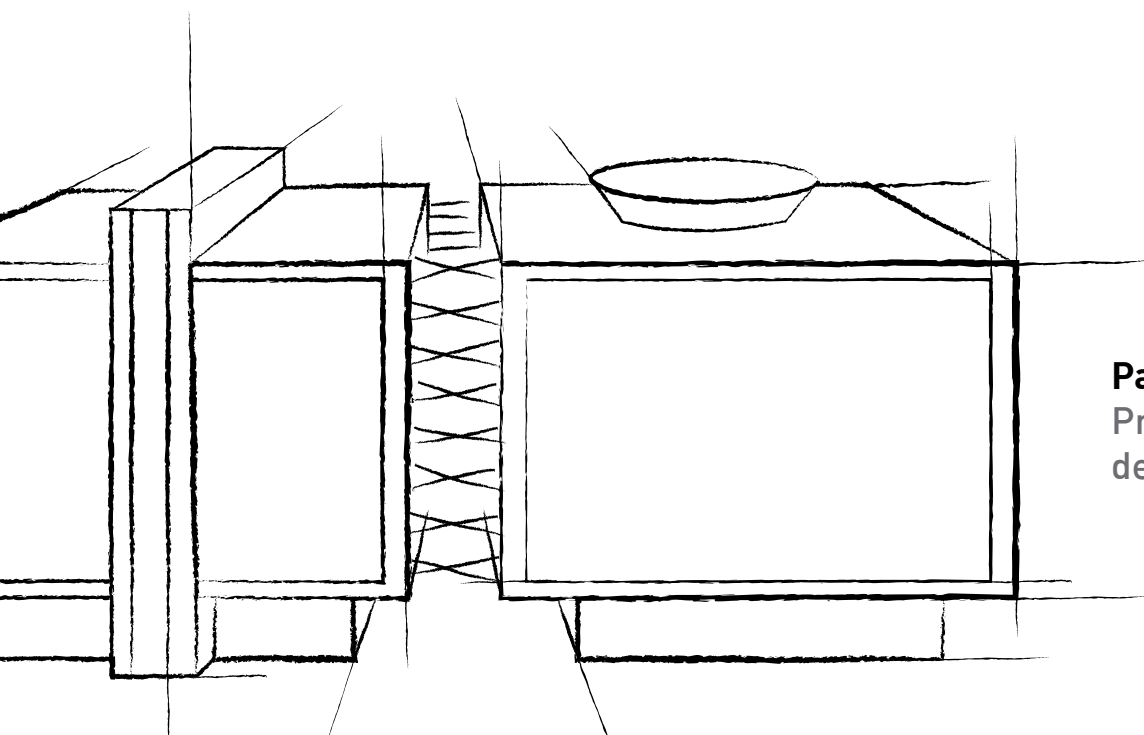




Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 6
Procuradoria-Geral
de Justiça

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 6 – Procuradoria-Geral de Justiça

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Procuradoria-Geral de Justiça

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 919, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343-9787

E-mail: procgera@mpdft.mp.br

Eunice Pereira Amorim Carvalhido – Procuradora-Geral de Justiça

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa – PGJ

Elizangela Monteiro – Chefe

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

Samara Botelho Vaz de Almeida

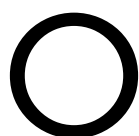
Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

APRESENTAÇÃO



Relatório a seguir reproduz boa parte das ações das áreas vinculadas diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça, no período de agosto de 2010 a dezembro de 2014. Os feitos destacados demonstram a relevância da atuação das assessorias e das coordenadorias no propósito de cumprir a missão institucional do MPDFT.

O projeto Procuradoria-Geral de Justiça Itinerante, que abre este documento, foi o passo inicial para conhecer, de perto, a organização da área-fim e proporcionou à Administração Superior elementos para a execução dos Planos de Gestão (2010-2012 e 2012-2014) com a implementação de novos projetos.

Por meio das visitas, que alcançaram todas as unidades administrativas, foram levantadas e atendidas, de imediato, as necessidades mais urgentes. Aquelas que demandariam prazo maior para resolução entraram no planejamento das áreas executivas. Em ambos os casos, quase todos os pleitos apresentados por membros e servidores foram atendidos.

Merece destaque, também, o trabalho desenvolvido pela Assessoria Criminal, que ajuizou 327 ações originárias e manifestou-se em 2.734 processos. Já a Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade manifestou-se em aproximadamente 3.400 processos. Graças ao desempenho de membros e servidores que atuam nessas duas áreas, foram obtidas importantes conquistas que resultarão na garantia de direitos para o cidadão brasileiro.

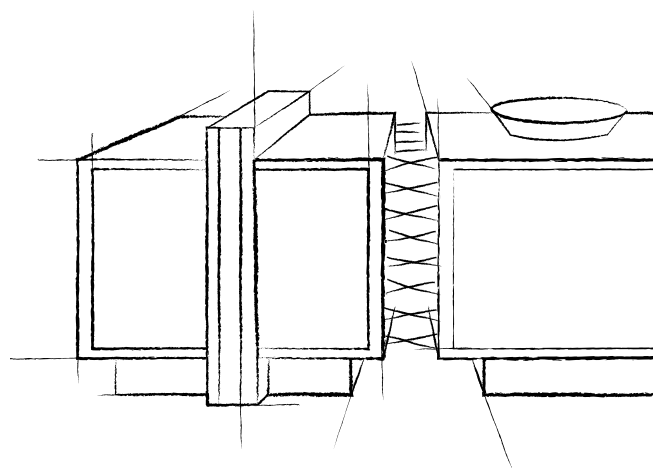
No mesmo período, a Assessoria de Recursos Constitucionais interpôs 11.573 recursos, incluindo contrarrazões a recursos especiais e extraordinários, além de contraminuta a agravos (art. 544, CPC) referentes a feitos de natureza criminal.

Já a Coordenadoria dos Núcleos de Direitos Humanos atuou fortemente no enfrentamento à discriminação, no combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes e na defesa da igualdade de gêneros. Por meio de eventos, acordos de cooperação e ações institucionais, o Núcleo transformou o MPDFT em uma das mais respeitadas referências para o assunto no setor público.

Finalmente, é possível conferir as ações realizadas pela Assessoria de Segurança Institucional e o trabalho desenvolvido diretamente pela Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio da Assessoria Especial e da Assessoria Parlamentar, em prol da cessão de áreas destinadas à construção de sedes próprias em todas as regiões administrativas.

Os dados referentes às atividades da Assessoria de Políticas Institucionais (API) serão publicados em relatório separado, tendo em vista o volume de informações que abarcará, além das atribuições da própria API, o conteúdo das áreas a ela vinculadas, como a Coordenadoria de Comunicação, a Assessoria de Cerimonial e a Secretaria de Planejamento.

As informações referentes às demais áreas vinculadas à Procuradoria-Geral de Justiça, que não constam neste Relatório, poderão ser conferidas com as próprias áreas em seus relatórios.



PROCURADORIA-GERAL ITINERANTE

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, a Assessoria de Políticas Institucionais coordenou o projeto PGJ Itinerante e elaborou uma agenda de visitas técnicas que contemplou todas as unidades administrativas do MPDFT. A comitiva, composta por pelo menos um representante de cada área (DG, API, DTI, DAE, CSI, DGP, DAA, CDI, Secom e Secplan), foi organizada com o objetivo de promover maior aproximação entre a Administração Superior e a área-fim, bem como conhecer as necessidades locais.

O resumo das visitas é transcrito abaixo.

Coordenadoria Administrativa da Santa Maria

A visita a Coordenadoria Administrativa de Santa Maria foi realizada em 7 de outubro de 2010. Em atendimento às demandas apresentadas pela equipe local, a Administração Superior providenciou a instalação do portal detector de metais e iniciou estudos para implantação de circuito interno de câmeras, além da aquisição de materiais de segurança. Foram realizadas adaptações nas instalações e a compra de máquina fotográfica, estantes, balcão, GPS e veículo para diligências. Bens e equipamentos de informática constantes da demanda da Coordenadoria foram supridos de imediato. O Departamento de Gestão de Pessoas investiu na realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, e buscou meios para viabilizar nova regulamentação para melhorias nas áreas de treinamento e desenvolvimento de pessoas.

Coordenadoria Administrativa de Taguatinga

A Administração Superior visitou a Coordenadoria Administrativa de Taguatinga em 14 de outubro de 2010. As demandas apresentadas foram atendidas em sua maioria. Uma delas foi a reforma e ampliação do prédio da Promotoria, que começou em 2013, após a licitação do projeto. O DAA providenciou os materiais de consumo solicitados



A PGJ Itinerante visitou Santa Maria em 7 de outubro de 2010.



Em 14 de outubro de 2010, foi a vez da Coordenadoria de Taguatinga receber a PGJ Itinerante.

durante a visita e a compra do que faltava. O DTI efetuou a troca de computadores, entregou e instalou os equipamentos de leitora ótica, *scanners* e impressoras. A Coordenadoria de Segurança Institucional efetuou a ativação do sistema de controle de visitantes.

As demandas de capacitação e integração foram parcialmente resolvidas com a promoção de curso básico para motorista e o curso Condução de Autoridades, além de cursos intensivos em Direito e Noções de Direito Penal e outras disciplinas. Com relação à integração de pessoas, o DGP ofereceu os cursos de Gerenciamento de Estresse e de Gestão Empreendedora, realizados em três turmas para Taguatinga.

Coordenadoria Administrativa de Defesa da Infância e da Juventude

Na Coordenadoria Administrativa de Defesa da Infância e da Juventude, o encontro ocorreu no dia 19 de outubro de 2010. Para essa Promotoria, o DGP viabilizou a realização de cursos internos e foram adotadas as providências necessárias para que os treinamentos fossem aplicados simultaneamente em várias unidades do MPDFT. O DAE efetuou os reparos necessários no imóvel. O DAA entregou o mobiliário solicitado e efetivou a compra de veículo tipo furgão para o transporte dos processos. O DTI entregou os microcomputadores necessários para suprir a carência da Promotoria e realizou os ajustes no sistema *Sisproweb*.

Coordenadoria Administrativa do Núcleo Bandeirante

Como resultado da visita a Coordenadoria Administrativa do Núcleo Bandeirante, realizada no dia 26 de outubro de 2010, o DAA providenciou de imediato a aquisição de móveis e equipamentos como bebedouro, mesas, cadeiras, *rack* para TV, *scanner* e impressoras, além da instalação de ramais telefônicos. A Administração Superior iniciou o processo de transferência da Promotoria, que estava instalada nas dependências do Fórum, para um edifício alugado. Depois da realização de obras necessárias à ocupação adequada do espaço, a mudança ocorreu em agosto de 2011 e proporcionou aos membros e aos servidores um ambiente de trabalho mais adequado e confortável.



Visita a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude em 19 de outubro de 2010.

"A gestão da Dra. Eunice se revelou de grande importância, em especial, por dois aspectos: a busca da liberdade e independência física, com a implementação de um espaço próprio, a sede da Promotoria de Justiça. Em segundo lugar, um tratamento, um olhar, diferenciado para as pessoas".



Vyvyany Viana Nascimento de Azevedo Gulart, coordenadora da PJ do Núcleo Bandeirante.

Coordenadoria Administrativa do Gama

A visita a Coordenadoria Administrativa do Gama aconteceu no dia 10 de novembro de 2010. Entre as principais medidas resultantes do encontro, destacam-se a aquisição de veículos e a adoção de procedimentos mais eficientes para a compra, recebimento e cadastro de materiais de expediente. O DAE tomou providências para realizar mudanças relacionadas ao novo projeto de identidade visual. O DTI promoveu melhorias no sistema *Sisproweb* e o Departamento de Gestão de Pessoas elaborou planejamento para a realização de cursos internos simultaneamente em várias unidades do MPDFT. Com relação à integração de pessoas, o DGP instituiu o projeto Lotação Ideal, que é baseado no aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.



Na visita a Coordenadoria Administrativa do Gama, houve várias demandas por integração de servidores e membros.

Coordenadoria Administrativa de Brasília II

As demandas apresentadas pela equipe da Coordenadoria Administrativa de Brasília II, no dia 26 de outubro de 2010, estavam relacionadas à compra de móveis e de equipamentos de expediente, e à adoção de procedimentos mais eficientes para recebimento e cadastro de materiais. Todas foram providenciadas.

Após a visita, o DAE realizou estudos para ampliação dos espaços e elaborou *layout* para melhor adequação física da Coordenadoria. O DTI efetuou a troca dos computadores e a instalação de novo servidor, aumentando o desempenho dos sistemas *Sisproweb* e CANAU (hoje, Ajud@).

Além disso, foi criada mais uma Promotoria de Justiça de Delitos de Trânsito. A Seção de Segurança Orgânica realizou o levantamento da quantidade de câmeras e dos materiais necessários à instalação delas.

Coordenadoria Administrativa de Sobradinho

A visita a Coordenadoria Administrativa de Sobradinho aconteceu no dia 24 de novembro de 2010. Além dos materiais de consumo, adquiridos pelo DAA, O MPDFT alugou dois andares de um prédio situado nas proximidades do Fórum para instalação da Promotoria em local mais condizente com as demandas da unidade. Além disso, priorizaram-se procedimentos legais necessários para a cessão de lote destinado à construção de sede própria. Os detalhes desse trabalho estão descritos na parte referente às Assessorias Especial e Parlamentar constante deste relatório.



Depois da visita da PGJ Itinerante, o MPDFT conseguiu alugar um prédio nas proximidades do Fórum para instalar a Promotoria de Justiça de Sobradinho.

Coordenadoria Administrativa de Brazlândia

No dia 1º de março de 2011, a Administração Superior visitou a Coordenadoria Administrativa de Brazlândia, que solicitou a pintura dos gabinetes, a troca das divisórias e a compra de extintores de incêndio. Tais demandas foram atendidas prontamente. O DTI entregou os demais equipamentos pleiteados e o DAA procedeu à contratação de empresa para confecção das placas de identificação da área das Promotorias, além de providenciar os materiais de consumo.

Em Brazlândia, como resultado do PGJ Itinerante, também foram realizados cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Além disso, foi criada a 2ª Promotoria de Justiça Criminal do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito.



Na visita a Brazlândia, o ponto alto foram as demandas por capacitação.

Coordenadoria Administrativa de Ceilândia

A visita a Coordenadoria Administrativa de Ceilândia aconteceu no dia 15 de março de 2011. As principais demandas foram distribuídas aos responsáveis de acordo com as áreas de atuação. O DAA e a CSI providenciaram a aquisição e a entrega dos materiais solicitados. A construção do prédio já havia sido iniciada e a obra foi acompanhada de perto pela coordenadoria administrativa.

Coordenadoria Administrativa de Planaltina

A visita a Coordenadoria Administrativa de Planaltina aconteceu no dia 25 de março de 2011. A equipe local solicitou, e foi atendida em sua demanda, o envio de materiais de consumo e mobiliário, além da adoção de procedimentos mais eficientes para recebimento e cadastro de materiais de expediente. O DAE fez estudos para adequação das instalações e elaborou o projeto de paisagismo. O DTI negociou com o TJDFT a liberação de acesso ao banco de dados deste Órgão e iniciou o projeto de descentralização dos serviços de informática. O DGP promoveu cursos internos.



Em Planaltina, o DAE realizou estudos para adequação das instalações da Coordenadoria.

Coordenadoria Administrativa do Paranoá

A Coordenadoria Administrativa do Paranoá recebeu a visita do PGJ Itinerante no dia 1º de abril de 2011. Em atendimento às demandas, o DAA entregou os veículos solicitados e providenciou autorização para que os servidores pudessem realizar diligências nas áreas

adjacentes ao Distrito Federal. O DTI deu andamento ao projeto de descentralização dos serviços de informática e disponibilizou o acesso à rede *wireless*. O DAE providenciou serviços e obras de manutenção. Quanto à segurança dos membros, a CSI pleiteou junto ao Batalhão Judiciário a disponibilização de dois Policiais Militares para acompanhá-los, inclusive, nos deslocamentos ao Fórum.

Coordenadoria Administrativa de Brasília I

A visita a Coordenadoria Administrativa de Brasília I aconteceu no dia 14 de abril de 2011. Em atendimento às demandas apresentadas, o DAA providenciou a aquisição e a entrega dos materiais de consumo, dentre outros, e o DAE realizou estudo para melhor adequação das Promotorias nos espaços físicos. O aperfeiçoamento do Sistema Sisproweb, o acesso ao banco de dados do TJDFT e a compra de equipamentos foram resolvidos pelo DTI. A CSI disponibilizou carro com seguranças para fazer a ronda no estacionamento do TCDF e um policial militar para acompanhar o veículo que transporta os servidores.

Coordenadoria Administrativa de Samambaia

Em Samambaia, o PGJ Itinerante aconteceu no dia 28 de abril de 2011. Lá, o DTI entregou e instalou novos equipamentos. As reclamações relacionadas aos serviços de rede e ao sistema CANAU foram solucionadas com a compra de um novo servidor, que aumentou a velocidade da conexão para todas as unidades dessa Promotoria. Da mesma forma, foram oferecidos cursos internos (DGP) e realizadas obras de manutenção (DAE), visando à conservação das instalações. O DAA providenciou o concerto e a aquisição de equipamentos e um novo veículo para diligências.

Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça

O encontro com a Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça aconteceu no dia 25 de abril de 2011. Em atendimento ao que foi solicitado, o DAE promoveu melhor adequação e ampliação dos espaços no novo prédio. Já o DAA empreendeu um conjunto de ações para propiciar melhor qualidade de vida aos membros e servidores como, por exemplo, a aquisição de mobiliário que atenda às normas



Em Brasília I, uma das demandas foi por mais segurança no estacionamento.



Em Samambaia, a visita aconteceu em 28 de abril de 2011.



Na reunião com a Coordenadoria das Procuradorias de Justiça, houve demanda por mobiliário ergonômico.

de ergonomia. A Coordenadoria de Segurança Institucional dispôs de carro com seguranças para fazer ronda no local de estacionamento utilizado pelos servidores e autorizou a entrada de servidores da PJ na garagem do Edifício-Sede após as 18h. Tal situação foi solucionada com a disponibilidade de estacionamento interno após as 11h30.

Coordenadoria Administrativa de São Sebastião

O encontro com a Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de São Sebastião ocorreu em 18 de junho de 2013, já na segunda etapa do PGJ Itinerante. O tema principal da reunião foi a carência de servidores. Nesse sentido, o DGP informou que seriam preenchidas algumas vagas de técnicos administrativos e de segurança e de analista processual. O DAA providenciou mobiliários e equipamentos de expediente. O DAE contratou empresa para correção dos vazamentos e impermeabilização, que foram realizados em poucos dias. O DTI solicitou indicação de servidor para receber treinamento na área, e foi atendido.



Em 2013, as visitas da PGJ Itinerante começaram pela Coordenadoria de São Sebastião.

Coordenadoria Administrativa do Guará

A visita à Coordenadoria Administrativa do Guará foi realizada em 17 de julho de 2014. Com relação à movimentação de pessoal, o DGP explicou que as nomeações estavam suspensas provisoriamente por questões orçamentárias e que o MPDFT procurava solucionar as restrições o mais rápido possível. O DAE providenciou reparos no edifício, inclusive com a abertura de processos de licitação para contratação de serviços. O DTI informou que os materiais solicitados já estavam disponíveis. Já a Assessoria de Políticas Institucionais comunicou que o estudo para a implantação da Circunscrição Judiciária do Guará estava em andamento no TJDF e que possivelmente seriam criadas uma Vara Criminal e do Tribunal do Júri, uma Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões e outra de Juizado Criminal e de Violência Doméstica. Quanto à criação das Promotorias de Justiça, informou que já existiam uma de Violência Doméstica em Brasília II e uma do Júri em Brasília I. A implantação das Varas Judiciais está prevista para o mês de novembro do corrente ano.



A PGJ Itinerante nas PJ do Guará ocorreu no mesmo dia da inauguração das novas instalações, 17 de julho de 2014.

Coordenadoria Administrativa do Riacho Fundo

No dia 13 de agosto de 2014, a Administração Superior realizou visita a Promotoria de Justiça de Riacho Fundo. Na ocasião, o DGP informou que a solicitação de estagiários já estava resolvida e que não havia previsão para nomeação de servidores, pelos mesmos motivos explicitados na visita ao Guará. O DAA informou ter homologado e contratado todas as licitações, incluindo aquelas relativas ao mobiliário. O DAE esclareceu que as demandas de sua área já tinham sido contempladas em processos de licitação e o DTI avisou que as demandas por equipamentos de informática (computadores e impressoras) já estavam atendidas.



Em 13 de agosto de 2014 foi a visita a Coordenadoria Administrativa do Riacho Fundo, última do PGJ itinerante.

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

A Assessoria Cível é responsável por oferecer suporte técnico à Procuradoria-Geral de Justiça em mandados de segurança, suspensões de segurança, mandados de injunção, conflitos de competência, exceções de suspeição e processos administrativos. Abaixo, destacam-se os principais temas judiciais debatidos no referido período:

- legalidade e constitucionalidade da tributação do *e-commerce* instituída pelo Protocolo ICMS/CONFAZ 21;
- omissão na regulamentação legal da aposentadoria especial dos servidores distritais;
- legalidade na licitação do novo sistema de transporte público urbano do DF;
- divulgação da remuneração dos servidores na internet;
- questões relativas ao ensino, como descredenciamento de instituições e matrículas em ensino superior;
- questões relativas à saúde pública no DF, como o fornecimento e a regularização do fornecimento de medicamentos para os portadores de hemofilia, além de leitos em UTIs, procedimentos cirúrgicos;
- regularidade dos concursos públicos, bem como contratação e exoneração de servidores;
- regularidade dos procedimentos de contratação da Administração;
- cancelamento de benefícios instituídos pelo Pró-DF;
- análise do controle do teto remuneratório dos servidores; e
- análise de cumulação de cargos públicos.

No âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça 131 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) perante o TJDF, questionando mais de 250 leis e/ou atos normativos distritais, além de centenas de pareceres em tramitação no Conselho Especial do Tribunal de Justiça.

Entre agosto de 2010 e julho de 2014, a Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade manifestou-se em 3.400 processos e ajuizou 131 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs).



Rodolfo Cunha Salles, promotor de Justiça e assessor cível da PGJ.

A Assessoria também atua em arguições de inconstitucionalidade (AIL) e em reclamações (RCL), além de recursos extraordinários, embargos de declaração, agravos regimentais, representações à Procuradoria-Geral da República (PGR) e despachos, memorandos e ofícios em resposta a representações e consultas apresentadas.

Os principais resultados já obtidos com o ajuizamento das ações diretas foram:

- Suspensão da lei distrital que previa a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462/2011, em hipótese não prevista na legislação federal.
- Suspensão de parte da lei que autorizava o Distrito Federal a assumir para si as dívidas trabalhistas que as empresas prestadoras do serviço de transporte coletivo público angariaram em prejuízo dos rodoviários.
- Suspensão da norma que autorizava a criação de cargos em comissão e a reestruturação de órgãos e entidades da administração pública por mero ato administrativo.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei que prorrogava indevidamente os prazos de ocupação de áreas públicas por quiosques e similares.
- Declaração de inconstitucionalidade de leis que autorizavam a redução de alíquotas do ICMS ou que concediam outros benefícios relativos ao referido tributo sem prévia aprovação de convênio interestadual no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).
- Declaração de inconstitucionalidade de lei que permitia indevidamente a privatização de áreas e vias públicas (loteamento fechado).
- Declaração de inconstitucionalidade de lei que permitia a não incidência do teto remuneratório em relação ao somatório das remunerações quando provenientes de cumulação de dois cargos efetivos ou de cargo efetivo com os valores recebidos referentes a cargo em comissão ou função de confiança.
- Reconhecimento judicial da omissão do GDF na elaboração e no subsequente encaminhamento à Câmara Legislativa, de projeto de lei dispendo sobre a forma de participação popular no processo de escolha dos Administradores Regionais e na implantação e organização dos Conselhos de Representantes Comunitários das Regiões Administrativas do DF, com a fixação de prazo para a adoção das providências cabíveis.
- Suspensão da lei que previa a criação anômala de gratificação por apreensão de arma de fogo.
- Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal que fixava prazo para que o Tribunal de Contas do DF (TCDF) concluísse



Os promotores de Justiça Antonio Suxberger e Rodolfo Cunha Salles recebem representação junto à procuradora-geral de Justiça, Eunice Carvalhido.

o exame da legalidade dos atos administrativos sujeitos a registro, o que configurava restrição ao exercício do controle externo da administração.

- Declaração de inconstitucionalidade de normas que permitiam a concessão de alvará de funcionamento provisório, sem vistoria prévia e sem prazo de validade, a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores, em afronta ao zoneamento territorial.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a concessão de reajuste de vencimentos e outras vantagens remuneratórias, algumas com efeitos retroativos, aos servidores do TCDF sem prévia autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que trazia normas específicas para contratação de serviços continuados pela administração pública, restringindo a livre concorrência.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a concessão de porte de arma aos agentes de atividade penitenciária do DF, com flagrante invasão de competência da União para legislar sobre o tema.
- Declaração de inconstitucionalidade da permanência dos atuais ocupantes de espaços públicos em terminais rodoviários, galerias e parques e da possibilidade de transferência de permissões a herdeiros e parentes sem prévia licitação pública.
- Declaração de inconstitucionalidade de leis que previam a desafetação de áreas públicas indeterminadas (becos) e a sua doação a policiais e bombeiros militares ocupantes.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a concessão de benefícios e o custeio de despesas com a realização de eventos religiosos.
- Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo que flexibilizava a forma de cálculo dos 50% dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- Declaração de inconstitucionalidade de lei distrital que previa a redução da alíquota do ICMS sem prévia aprovação de convênio interestadual pelo CONFAZ (Proatacadista).
- Declaração de inconstitucionalidade formal da lei distrital que previa a criação do Banco de DNA de criminosos sexuais, a ser gerido pela Polícia Civil do DF.
- Declaração de inconstitucionalidade da lei distrital que permitia a permanência dos atuais ocupantes e possibilidade de transferência das permissões de uso de espaços públicos em feiras para herdeiros ou prepostos sem prévia licitação.
- Declaração de inconstitucionalidade da cobrança pela lavratura de contratos de concessão de uso de área pública.



Reunião entre a Câmara Legislativa do DF e representantes da Administração Superior do MPDFT.

- Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal que excluía os sinos, instrumentos litúrgicos e sons similares de igrejas ou templos dos limites máximos de intensidade de emissão de sons fixados pela lei.

Também foram julgados procedentes diversos pedidos em outras ações diretas de inconstitucionalidade, que apontavam por vício por iniciativa de leis como, por exemplo, as que tratam da administração de áreas públicas e do uso e ocupação do solo no Distrito Federal, ou que criavam atribuições, interferindo na organização e no funcionamento de órgãos da administração pública distrital.

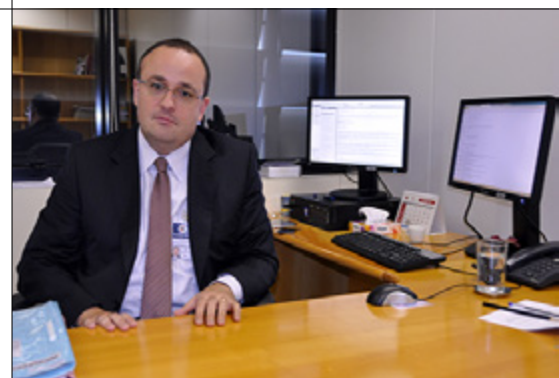
As principais iniciativas e resultados obtidos foram divulgados externamente por intermédio da Assessoria de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça e se encontram disponíveis na página inicial do MPDFT (seção MPDFT em Ação, ADIs).

Assessoria Criminal

A Assessoria Criminal é responsável por oferecer suporte técnico à Procuradoria-Geral de Justiça, além de examinar os procedimentos investigatórios preliminares à ação penal e os administrativos, peças de informação, processos judiciais e demais expedientes de atribuição da procuradora-geral de Justiça.

Devido ao caráter sigiloso das tarefas desenvolvidas na Assessoria, não é possível detalhar a totalidade das atividades. É de se destacar, tão somente, no período de agosto de 2010 a julho de 2014, que a Assessoria manifestou-se em 2.734 processos e ajuizou 327 ações.

Ações desenvolvidas	Quantidade
Ações ajuizadas	327
Alegações finais	7
Arquivamentos	355
Baixas	250
Ciências	305
Despachos	333
Expedição de documentos	24
Manifestações	2734
Propostas	22
Recursos	41



Renato Bianchini, promotor de Justiça e assessor criminal da PGJ.

"Cumprimos o nosso papel com independência. O MPDFT dá a sua contribuição para a consolidação das instituições no DF e ao aprimoramento normativo como um todo. A busca do diálogo foi uma constante e buscamos o Judiciário sempre que necessário à defesa da ordem jurídica".



Antonio Suxberger, promotor de Justiça e assessor criminal da PGJ.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais

A Coordenadoria de Recursos Constitucionais possui como principal atribuição a elaboração de recursos especiais e extraordinários em processos nos quais tenha atuado o MPDFT.

O setor é responsável, supletivamente e subsidiariamente, pela análise da viabilidade recursal de decisões proferidas pelo TJDF. Já em relação às decisões dos Tribunais Superiores a atuação é direta. Cuida também da elaboração de contrarrazões aos recursos criminais interpostos pela defesa contra acórdãos e decisões denegatórias de recurso especial (REsp) e de recurso extraordinário (RE) oriundas do TJDF.

Ao longo dos últimos quatro anos, a área oficiou em numerosos processos, neles opondo embargos de declaração, interpondo recursos especiais e extraordinários, agravos de instrumento e regimentais, propondo medidas cautelares, reclamações, suspensões de liminares de sentença e de segurança, bem como impetrando *habeas corpus*, além das respostas aos recursos especiais e extraordinários e contraminuta a agravos (art. 544, Código de Processo Civil – CPC).

Em 2010, foram elaboradas 805 peças processuais. No ano seguinte, o número subiu para 3.182; em 2012 para 4.447; em 2013 para 4.477 e neste ano, no período de janeiro a junho, já soma 3.041.

Quanto às decisões não recorridas, a Assessoria lança no Sisproweb os fundamentos pelos quais não maneja nenhum apelo naquele feito. Em 2013 foram 4190 “manifestações negativas” e, até junho do ano corrente, 3.571.

Coordenadoria de Segurança Institucional

Entre 2010 a setembro de 2014, a Assessoria de Políticas de Segurança esteve sob a gestão do promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli. A partir de setembro de 2014, o promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima assumiu o cargo.

Quadro de pessoal

A Assessoria de Políticas de Segurança tem sob sua gestão a Coordenadoria de Segurança Institucional (CSI), cujo efetivo foi reforçado no período de agosto de 2010 a outubro de 2014, tendo em vista a necessidade de garantir maior segurança de membros e servidores, maior controle no acesso aos edifícios da sede e das



Ana Luisa Rivera, procuradora de Justiça e assessora de Recursos Constitucionais.



Evandro Gomes, promotor de Justiça e assessor de Recursos Constitucionais.



Leonardo Britto, promotor de Justiça adjunto e assessor de Recursos Constitucionais.

Promotorias e o perfeito desempenho das atribuições da área. Com o ingresso de mais treze servidores, foi possível a reestruturação da Coordenadoria e o aperfeiçoamento dos serviços. Vejamos a seguir o aumento do efetivo:

Agosto de 2010	
Oficial do Exército Brasileiro (R-1)	1
Oficiais da Polícia Militar DF	2
Praças da Polícia Militar DF	10
Praça do Corpo de Bombeiros Militar DF	1
Técnicos de Segurança (TAE/SEG)	9
Técnicos Administrativo	1
Total	24
2014	
Oficial do Exército Brasileiro (R-1)	1
Oficiais da Polícia Militar DF	2
Praças da Polícia Militar DF	15
Praça do Corpo de Bombeiros Militar DF	1
Técnicos de Segurança (TAE/SEG)	12
Técnicos Administrativos	6
Total	37

Quadro 1 – Efetivo da CSI em 2010 e em 2014

Fonte: Coordenadoria de Segurança Institucional

Capacitação

Na Gestão 2010/2014, as equipes da CSI receberam treinamentos específicos, voltados a ações estratégicas de segurança, ao aumento da demanda e ao controle de potenciais ameaças à Instituição. Dentre os eventos promovidos, destacam-se o Treinamento Experiencial ao Ar Livre (TEAL), que contou com seis servidores do CSI; e os cursos de Modernização da Segurança Institucional, com três participantes; de Contraineligência e Diligências, realizado para 70 servidores; de Planejamento de Segurança Eletrônica em São Paulo, para um servidor; de Especialista em Segurança de Autoridade de Alto Risco, para dois servidores; de Operador de *Taser*, para quatro servidores; e de Direção Tática Operacional, para três servidores.

Educação para a segurança

Uma das principais preocupações em relação à segurança orgânica no período de 2010 a 2014 foi a necessidade de conscientizar membros,



Equipe da Coordenadoria de Segurança Institucional.

servidores, estagiários e terceirizados para as questões de segurança e a importância de que cada pessoa seja capaz de proteger a si e a instituição de potenciais ameaças. Dentre tais ações, ressaltam-se as seguintes:

- a) Imagens na área de trabalho, no canto inferior direito da tela, contendo dicas de segurança pessoal, patrimonial e de segurança da informação.
- b) Realização de palestras com temáticas relacionadas à segurança.
- c) Campanhas de comunicação social, com envio de e-mails, publicação de mensagens na mídia de elevador e elaboração de material gráfico, entre outros.
- d) Implantação do sistema de controle de acesso para maior controle dos frequentadores dos edifícios.
- e) Cursos de contrainteligência para o pessoal da CSI.
- f) Inserção de conteúdos voltados à segurança institucional nos cursos de formação de novos membros.
- g) Elaboração e distribuição do Manual de Segurança Residencial, em junho de 2011, e da cartilha Dicas de Segurança Pessoal, em dezembro de 2012.

Segurança pessoal dos membros

Noções de segurança institucional são oferecidas nos cursos de vitaliciamento e há oportunidade de frequentar palestras e cursos oferecidos pela Coordenadoria e pela ESMPU. Também foram disponibilizados cursos de tiro em convênio com a Polícia Civil.

Política de Segurança Institucional

Está em fase de aprovação, na Assessoria de Políticas Institucionais, a Política de Segurança Institucional do MPDFT.

Plantão de Segurança Institucional

Desde 2011, os membros contam com um serviço de plantão de segurança, de caráter complementar, com profissionais aptos a atendê-los em caso de emergência. O plantão conta com duas equipes e funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Tal serviço não dispensa o acionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Principais aquisições de equipamentos

A CSI permitiu a melhoria das atividades desenvolvidas e possibilitou o oferecimento de novos serviços. Dentre as principais aquisições, merece destaque a compra de cinco veículos novos, sendo: dois Gol



Curso de Contrainteligência e Diligências, ministrado pelo chefe da CSI aos servidores da Instituição.



Curso de Condução Operacional de Veículos para habilitar os servidores na percepção de ameaças e no uso da direção defensiva e evasiva.

Volkswagen, um Ford Fusion, um Toyota Corolla e um Ford Fiesta. Além disso, foram adquiridos cinco equipamentos de raio-X; dez Desfibriladores Externos Automáticos (DEA); 46 coletes balísticos; sete pórticos detectores de metais e 29 detectores portáteis (tipo raquete); além de um software de controle de acesso e 15 catracas.

Assim, foram adquiridas cadeiras de rodas, coldres, materiais para confecção de crachás de identificação, materiais de sinalização, etc.

Principais atividades desenvolvidas na CSI

Entre as principais atividades desenvolvidas no período 2010 a 2013, devem ser ressaltadas as ações contra incêndios (182), os atendimentos pré-hospitalar (232), os serviços de segurança em eventos internos (156) e segurança em eventos externos (12), as visitas às Promotorias (76), as palestras sobre assuntos relacionados à segurança (22), e os relatórios e pareceres técnicos (32).

Entre os atendimentos, destacam-se os seguintes: 133 atendimentos em apoio ao Programa de Proteção a Vítimas, Familiares de Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita); duas visitas de alunos – Programa Conheça o MPDFT; duas inspeções de segurança; 20 visitas relativas às avaliações realizadas nas unidades descentralizadas; 67 pesquisas de imagens realizadas no sistema de CFTV e 110 ocorrências do funcionamento do serviço de “achados e perdidos”.

Quanto ao desenvolvimento de atividades especiais de segurança, estão entre as mais relevantes: dois cursos de tiro, 378 ações de segurança pessoal em atividades diversas, 230 ações de segurança pessoal em estabelecimentos prisionais, 16 ações de segurança pessoal em diligências e notificações e 236 avaliações de segurança.

Merecem mais detalhamento as seguintes ações:

- Coordenação das ações de segurança e dos estacionamentos na Sessão Solene de Posse da Procuradora de Justiça no cargo de Procuradora-Geral de Justiça em agosto de 2010 e outubro de 2012.
- Realização de visita a todas as unidades administrativas a fim de verificar as condições de segurança do prédio e dos estacionamentos.
- Realização da segurança ostensiva no estacionamento do TCDF a fim de promover a segurança pessoal dos servidores.
- Criação do Plantão de Segurança Institucional, em abril de 2011. Um serviço de pronto atendimento a situações de risco e emergências envolvendo Membros e/ou seus familiares.
- Regulamentação da Segurança Aproximada dos Membros (Portaria Normativa nº 242, de 6 de novembro de 2012).

“A compra de equipamentos permitiu a implantação de dois novos serviços para atendimento ao público interno: o Plantão de Segurança Institucional e o serviço de acompanhamento aos promotores do júri, além da maior efetividade na inspeção de segurança dos frequentadores do MPDFT”.



Coronel Arismar Luz Filho, chefe da Coordenadoria de Segurança Institucional.



Palestras sobre prevenção de crimes contra o patrimônio e a pessoa, sequestro-relâmpago e espionagem foram realizadas nas unidades descentralizadas do MPDFT.

- Manutenção da organização do estacionamento público em frente ao MPDFT, solicitando aos órgãos competentes a intensificação da fiscalização.
- Realização do Ciclo de Palestras Segurança Institucional nas Coordenadorias Administrativas.
- Realização de curso de condução operacional para os integrantes da Segurança Institucional.

Núcleos de Direitos Humanos

A Coordenadoria dos Núcleos de Direitos Humanos (CNDH) tem suas atribuições voltadas à implantação de políticas públicas na proteção dos Direitos Humanos, especialmente na defesa da criança e da mulher e no enfrentamento à discriminação e ao preconceito, como mecanismos eficazes de mitigação da violência. A área está dividida em três Núcleos: Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente (NEVESCA), Gênero Pró-Mulher (NG) e Enfrentamento à Discriminação (NED).

Nos últimos quatro anos, a Coordenadoria expediu oito recomendações, realizou nove cursos de capacitação, desenvolveu seis projetos e duas grandes pesquisas. Também elaborou e distribuiu cartilhas, lançou uma importante campanha publicitária televisiva e um livro na área de enfrentamento à violência doméstica. Além disso, celebrou quatro convênios e fiscalizou serviços oferecidos à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Entre agosto de 2010 e agosto de 2012, a CNDH foi coordenada pela promotora de Justiça Danielle Martins Silva. Em janeiro de 2013, assumiu a coordenação o promotor de Justiça Thiago André Pierobom de Ávila (Portaria/PGJ nº 1593, de 17 de dezembro de 2012).

O detalhamento das atividades do CNDH pode ser conferido [em documento anexo](#).

Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial e Núcleo de Combate à Tortura (NCAP/NCT)

O Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP), instituído pela Portaria nº 799/96 do MPDFT, tem a atribuição de realizar diligências investigatórias e exercer o controle externo da atividade policial no Distrito Federal, de forma concorrente com as várias Promotorias de Justiça que tratam da matéria criminal.

O Núcleo é integrado pelos promotores de Justiça Karina Soares Rocha, Marcelo da Silva Oliveira e Marcelo Vilela Tannús Filho. Seus quadros contam, ainda, com seis servidores e cinco estagiários

O Núcleo de Combate à Tortura (NCT), criado em 10 de novembro de 2005, atua, com exclusividade, nos casos de crime de tortura praticados no Distrito Federal, por qualquer agente público, no exercício ou em razão de suas funções. Conforme definido na Portaria PGJ nº 1.296/2005, utiliza “as instalações, os recursos humanos e materiais do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial”.

Sua atuação também visa a contribuir para a formulação de políticas de prevenção do crime de tortura no âmbito do Distrito Federal e realizar diretamente investigações relativas a essa espécie de delito.

Os Núcleos contam com uma Divisão de Apoio Administrativo, uma Secretaria Administrativa e uma Assessoria de Análise Processual.

Entre agosto/2010 e julho/2014, o NCAP/NCT encaminhou ao Judiciário 26 novas iniciais de ações penais envolvendo policiais civis e militares. No total, foram 101 ações penais e cautelares acompanhadas pelos Núcleos. No mesmo período, o NCAP/NCT encaminhou 14 ações civis públicas de responsabilidade por atos de improbidades administrativas envolvendo policiais civis e/ou militares e requisitou a instauração de 110 inquéritos policiais, dos quais 86 ainda estão tramitando.

O detalhamento das atividades do NCT pode ser conferido [em relatório anexo](#).

Mais informações podem ser conferidas [no site do MPDFT](#).

Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (NCOC)

O Núcleo de Combate às Organizações Criminosas funciona como órgão de execução no combate à criminalidade organizada e como centro de apoio operacional aos demais órgãos de execução do MPDFT. O trabalho visa à neutralização da organização criminosa, à recomposição do patrimônio público eventualmente atingido e à aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa e das sanções penais decorrentes da prática de crimes.

O NCOC é integrado por seis promotores de Justiça, a saber: Sérgio Bruno Cabral Fernandes, coordenador do Núcleo; Áurea Regina Sócio de Queiroz Ramim; Ana Cláudia Manso Sequeira Ovídio Rodrigues;

Pedro Dumans Guedes; Clayton da Silva Germano e Carlos Augusto Silva Nina. O Núcleo conta com seis servidores.

Mais informações podem ser conferidas [no site do MPDFT](#).

Núcleo de Cooperação Internacional

O Núcleo de Cooperação Internacional, instituído pela Portaria/PGJ nº 886, de 10 de setembro de 2008, tem a atribuição de assistir o procurador-geral de Justiça em assuntos de cooperação jurídica internacional com autoridades estrangeiras e organismos internacionais, bem como no relacionamento com os órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional.

O Núcleo é integrado pela procuradora de Justiça Arinda Fernandes, como coordenadora, e pelos promotores de Justiça Guilherme Fernandes Neto, Raquel Tiveron e Roberto Carlos Batista.

Mais informações podem ser conferidas [no site do MPDFT](#).

Na gestão 2010/2014, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Assessoria Especial e a Assessoria Parlamentar atuaram insistentemente junto ao Executivo e ao Legislativo locais para a cessão de terrenos destinados à construção das sedes próprias em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Os dados abaixo demonstram a situação atualizada dos imóveis cedidos ao MPDFT, os locais em que as Promotorias de Justiça estão instaladas em todo o Distrito Federal e os requerimentos de doação solicitados à União, com tramitação nos respectivos órgãos administrativos do GDF. A lista está em ordem alfabética, de acordo com a Região Administrativa, incluindo as edificações próprias, alugadas e os lotes destinados à construção das respectivas Promotorias de Justiça.

Águas Claras

Embora não tenha sido instalada a Circunscrição Judiciária de Águas Claras, o MPDFT é cessionário de lote destinado à construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, com 7,8 mil metros quadrados, está situado na Rua Tamboril, Lote 4, próximo à área destinada ao TJDF. O MPDFT recebeu o terreno em 4 de março de 2011 (RIP nº 9701.28128.500-6), que está registrado na matrícula R.2/143546, livro 2, fl. 1, do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103304/07-44).

Águas Quentes

Desde 24 de outubro de 2012, o MPDFT conta com lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 3.423,44 m², está situado na Quadra 6, Conjunto 23, Área Especial 1, próximo à área destinada ao TJDF. A doação do imóvel ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processos nºs 08190.178352/14-98 e 390.000590/2012-GDF).

“As sedes das Promotorias de Justiça com localização próxima ao Fórum proporcionam economia para a sociedade, porque geram menor despesa com deslocamento de membros, servidores, processos e veículos”.



Vetuval Martins, assessor especial da PGJ.

Brasília

a) Edifício-Sede (Etapas I e II)

As Promotorias de Justiça de Brasília I e quase a totalidade dos serviços administrativos do MPDFT estão instalados em prédio próprio. O denominado Edifício-Sede foi construído em duas etapas no Lote 2, Bloco A, Eixo Monumental, Praça Municipal, ao lado do Palácio da Justiça. O imóvel de 3.152,00m² foi entregue em 15 de outubro de 1997 (RIP nº 9701.22024.500-4) e está registrado na matrícula 51717, livro 2, fl. 1, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103318/7-59). A construção aconteceu em duas etapas, conforme descrição abaixo:

- **Etapa I:** tem 20.692,25m² de área construída e foi inaugurada em 9 de junho de 1998. O habite-se nº 088/98 foi concedido em 31 de dezembro de 1998.
- **Etapa II:** tem 28.933,21m² de área construída e foi inaugurada em 2 de agosto de 2012. O habite-se nº 048 foi concedido em 30 de outubro de 2012.

A licença nº 709, de funcionamento das duas etapas, foi concedida em 13 de março de 2013 (Processo nº 08190.142214/14-52).

b) Promotorias de Justiça – Fórum Leal Fagundes

Edifício-Sede: As Promotorias de Justiça (Militar, Violência Doméstica, Delitos e Acidentes de Trânsito, Especial Criminal) estão instaladas numa área de 939,54m², nas dependências do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes, situado no SMAS Trecho 3, Lotes 4/6, Bloco 4, 2º andar. O MPDFT paga as despesas de luz e água em forma de rateio, no valor de R\$3.940,43. O espaço é reivindicado pelo TJDF para ampliação de Varas Judiciais. Assim sendo, faz-se necessária a locação de imóvel situado nas proximidades do Fórum para transferência das mencionadas Promotorias (Processo nº 08190.038.654/03-71).

Lote: O MPDFT já possui lote destinado à construção do Edifício-Sede das respectivas Promotorias de Justiça, próximo ao Fórum Leal Fagundes. O imóvel, de 10.946,93m², situado no SMAS, Lotes 6 e 8, foi entregue em 4 de março de 2011 (RIP nº 9701.28130.500-7) e está registrado na matrícula R.2-151.407, livro 2, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103298/07-43).



Etapa II das PJ de Brasília, instaladas em prédio próprio.

"A obtenção de lotes em quase todas as Regiões Administrativas do DF irá garantir a expansão física do MPDFT nos anos vindouros".



Giulean Alves, assessor parlamentar da PGJ.

c) Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude

A Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede foi construído nos lotes A e B, do SEP/711/911, Asa Norte. O imóvel, de 5.950m², foi entregue em 15 de maio de 1998 (RIP nº 9701.18832.500-1) e está registrado na matrícula 2878, livro 3-C, fls. 179, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 026 foi concedido em 19 de maio de 2006 e o requerimento da licença de funcionamento está sendo analisado pelos órgãos administrativos competentes (Processos nºs 08190.103316/07-23 e 08190.142209/14-12).

d) Garagem

A garagem está instalada em imóvel próprio. O galpão foi construído nos Lotes 10/20/30, da Quadra 1, do Setor de Garagens Oficiais Norte, próximo ao Palácio do Buriti. O imóvel, de 3.000,00m², foi entregue em 3 de fevereiro de 1971 (RIP nº 9701.22029.500-1) e está registrado na matrícula 1930, livro 3-B, fls. 118, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF. A edificação existente, além de ser precária, foi erguida sem projeto aprovado, não tem habite-se e nem licença de funcionamento. (Processo nº 08190.103317/07-96).

e) Departamento de Orçamento e Finanças e Plan-Assiste

As duas unidades estão instaladas nos 7º, 9º, 10º e 11º andares do Edifício Ibama, situado no SAS, Quadra 5, bloco H, com área de 2.424,00m², desde 1995. O imóvel não tem habite-se e nem licença de funcionamento (Processo nº 08190.015920/00-81). As condições precárias do local e a impossibilidade de reforma total do prédio levaram a Administração Superior a decidir pela mudança de tais unidades para um imóvel alugado, situado na Quadra 1, Lotes 985/1055, Centro Empresarial Parque Brasília, Salas 203, 204 e 205, próximo ao Edifício-Sede, cujo valor do aluguel mais rateio de despesas de condomínio é R\$ 107.768,33. As adequações necessárias ao pleno funcionamento (ar-condicionado, divisórias, dados e voz, etc.) estão em fase final para a concretização da mudança, prevista para o próximo mês de novembro. (Processo nº 08190.105640/14-41).

f) Centro de Tecnologia do MPDFT (DTI) e Coordenadoria de Documentação e Informação

As duas unidades estão instaladas em imóvel alugado, situado na Quadra 6, Lote 2.310, SIG, com área de 1.583,75 m², desde novembro de 2012, cujo valor do aluguel é R\$ 52.068,05. O habite-se nº 0702 foi



O imóvel da PJ de Infância e Juventude é próprio e possui 5.950m².

Na proposta orçamentária de 2015, o MPDFT incluiu a verba para o início da edificação definitiva da Garagem.



O Setor de garagem do MPDFT também está instalado em imóvel próprio.



O DTI está instalado em imóvel alugado no Setor de Indústrias Gráficas desde novembro de 2012.

concedido em 6 de dezembro de 1984 (Processo nº 08190.085376/11-14).

g) SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte

O MPDFT recebeu o lote O, situado no SAIN, com a área de 2.750,00m², próximo ao Fórum Verde, em 28 de dezembro de 2010 (RIP nº 9701.28070.500-1). O imóvel está registrado na matrícula 7859, livro 2, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103301/07-56).

Brazlândia

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça de Brazlândia está instalada nas dependências do Fórum, numa área de 308,30m². O MPDFT paga as despesas de luz e água em forma de rateio, no valor de R\$ 1.371,70 (Processo nº 08190.038654/03-71).

b) Lotes

O MPDFT possui o lote 2, localizado na Cidade Tradicional, Setor Administrativo. O imóvel, de 750m², entregue em 07 de julho de 2001 (RIP nº 9701.20557.500-7), está registrado na matrícula nº 14, livro 8-F, fl. 4, do Cartório do 3º Registro de Imóveis do DF. No entanto, a área não comporta a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça (Processo nº 08190.103305/07-15).

O lote 10, contíguo ao lote 2, e com área de 750m², pertencia à Polícia Civil do Distrito Federal e, em setembro de 2010, depois de uma difícil negociação, a Administração Superior obteve a anuência da mencionada Instituição Policial para transferi-lo ao MPDFT. A formalização da doação ocorreu em 10 de dezembro de 2012 (Lei Distrital nº 4.984/2012, Processo nº 08190.131631/10-64).

Em 2013, a bancada do Distrito Federal assegurou emenda ao orçamento de 2014 no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões) para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O procedimento de unificação dos lotes, cuja área total alcança 1786,86 m², foi aprovado pelo CONPLAN em 19 de março de 2014 e o projeto de edificação foi submetido à análise dos órgãos administrativos (Processo nº 390.000.429/2013).

A situação legal do CONPLAN foi questionada pela PROURB e reexaminada somente no dia 2 de outubro de 2014. A partir de então, a Administração Superior está tomando todas as providências no sentido de cumprir as exigências necessárias para não devolver à



Lote destinado ao MPDFT para a construção do prédio das PJs de Brazlândia.

União R\$ 7.000.000,00 (sete milhões), uma vez que, diante da situação relatada, a bancada do Distrito Federal autorizou o remanejamento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), permitido em lei, para serem investidos em custeio.

Ceilândia

A Promotoria de Justiça de Ceilândia, antes instalada nas dependências do Fórum, numa área de 1.760,00m², mudou-se para prédio próprio, inaugurado em 10 de outubro de 2014. A construção iniciou-se em 1º de dezembro de 2010 e terminou em julho de 2014, depois de uma luta com a empresa construtora, que está à beira da falência.

O Edifício-Sede foi erguido nos lotes 1 e 2, da QNM 11, Centro Urbano, com área de 2.325,59m², ao lado do Fórum. O imóvel foi entregue ao MPDFT em 15 de janeiro de 2009 (RIP nº 9701.23971.500-6) e está registrado na matrícula R-1/30.475 do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Os requerimentos do habite-se e da licença de funcionamento estão sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processos nºs 08190.038654/03-71, 08190.103311/07-18 e 08190142212/14-27).

Cruzeiro

Desde de junho de 2014, o lote 3, no Centro Comercial do Cruzeiro, medindo 1.200,00m², está reservado para o MPDFT (Ofício nº 871/2012-PGJ, Processos nºs 08190.142530/14-42 e 390.000.592/2012-GDF). A doação ainda não foi formalizada, no entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento.

Estrutural

Desde 24 de outubro de 2012, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O imóvel, de 2.369,19m² está situado na Área Especial nº 2, Quadra 1, Setor Oeste, Vila Estrutural, ao lado da área reservada ao TJDF, tendo seu registro na matrícula 72.731 junto ao Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processos nºs 08190.142529/14-63 e 390.000.602/212-GDF).

Gama

A Promotoria de Justiça do Gama está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede foi erguido nos lotes 860, 880 e 900, da Quadra 1, Setor Industrial Leste. O imóvel tem 8.400,00m² e foi entregue em 29 de novembro de 2001 (RIP nº 9701.15975.500-1). Está registrado nas matrículas 9333, 9334 e 9335 do Cartório do 5º Ofício de Registro de



A Promotoria de Justiça de Ceilândia mudou-se para prédio próprio, inaugurado em 10 de outubro de 2014.



Prédio próprio que abriga as PJs do Gama.

Imóveis do DF. O habite-se nº 07 foi concedido em 16 de março de 2005 e a licença de funcionamento nº 00110/2014 em 6 de agosto de 2014 (Processo nº 08190.096182/07-03 e 08190.142662/14-83).

Guará

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça do Guará, que antes ocupava 71,00m² nas dependências do Juizado Especial, desde o mês de abril de 2013, está instalada em prédio alugado, situado na QE 19, Conjunto O, Casa 13, Guará II, numa área de 360,00m², cujo valor é de R\$19.626,42. O habite-se nº 77 foi concedido em 3 de fevereiro de 2012. A consulta prévia nº 2526 foi formalizada em 19 de novembro de 2013 e, em 15 de outubro de 2014, foi concedida a licença de funcionamento nº 70 (Processo nº 08190.104903/12-51).

b) Lote

Desde 21 de julho de 2014, o MPDFT já tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O imóvel, de 3.759,88m², está situado na AE 01, QE 25, SRIA/Guará II, ao lado do Fórum. A doação ainda não foi formalizada, no entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processos nºs 08190.178343/14-05 e 390.000.591/2012-TERRACAP).

Itapoã

Desde 11 de junho de 2012, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 2.466,00m², está situado na QR 378, Conjunto A, Área Especial, Lote 9, Itapoã, ao lado do Fórum. A doação ainda não foi formalizada, no entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processos nºs 08190.178335/14-79 e 390.000.610/2012-GDF).

Jardim Botânico

Desde 17 de julho de 2012, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel está situado na Quadra 2, Conjunto 3, Lote 7, Bairro São Bartolomeu. A doação ainda não foi formalizada, no entanto os procedimentos administrativos estão em andamento (Ofício nº 879/2012-PGJ, Processos nºs 08190.178338/14-67 e 390.000.607/2012-GDF).

Lago Norte

Desde 10 de junho de 2014, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel ainda não foi demarcado, mas será no Centro de Atividades – CA 12, nas proximidades da área do TJDFT (Ofício nº 873/2012-PGJ, Processos nºs 08190.178349/14-83 e 390.000.014/2012-GDF).

Lago Sul

Desde 6 de maio de 2013, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. A doação do imóvel, situado no SHIS QI 13, próximo ao imóvel destinado ao TJDFT, ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Ofício nº 872/2012-PGJ, Processos nºs 08190.142531/14-13 e 390.000.593/2012-GDF).

Núcleo Bandeirante

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça do Núcleo Bandeirante, que antes ocupava 162,00m², nas dependências do Fórum, encontra-se instalada, desde o mês de abril de 2011, em prédio alugado, situado na Quadra 3, Conjunto B, Lotes 2 e 4, SIB, numa área de 1.070,00m², pelo valor de R\$ 28.265,80. O habite-se nº 58 foi concedido em 11 de outubro de 2006. A consulta prévia nº 976 foi formalizada em 11 de novembro de 2013 e o requerimento da licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.197181/10-91).

b) Lotes

O MPDFT possui um lote localizado na Quadra 1, AE 5, SHBS. O imóvel possui 1.053,31m², foi cedido em 6 de novembro de 2008 e está registrado na matrícula 34253, livro 2, fl. 1, do Cartório do 4º Ofício do Registro de Imóvel do DF. Esse lote não comporta a construção do Edifício-Sede (Processo nº 08190.103308/07-03).

Desde 17 de julho de 2012, um outro lote, na Avenida Contorno nº 15, medindo 7.434,50m², situado ao lado do Fórum, está reservado ao MPDFT para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. A doação ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos já estão em andamento (Processos nºs 08190.103307/07-32 e 390.00.587/2012-GDF). Atualmente o imóvel é ocupado pela Administração Regional do Park Way.



O prédio que abriga as PJ do Núcleo Bandeirante é alugado.

Paranoá

A Promotoria de Justiça do Paranoá está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em junho de 2008, foi erguido no Lote 1, Conjunto B, da Quadra 4. O imóvel, de 4.642,66m², entregue em 18 de junho de 2003 (RIP nº 9701.23968.500-0), está registrado na matrícula 20, livro 01, fl. 02, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do DF. O habite-se e o requerimento da licença de funcionamento estão sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.103313/07-35).

Planaltina

A Promotoria de Justiça de Planaltina está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em 19 de junho de 2006, foi erguido no lote 10-A da Área Especial Norte, ao lado do Fórum. O imóvel, de 4.557,58m², entregue em 30 de abril de 2001 (RIP nº 9701.22147.500-3), está registrado na matrícula 38.7814, livro 1 A G, fls. 128, do Cartório do 8º Ofício do Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 17 foi concedido em 13 de outubro de 2006 e a licença de funcionamento nº 00091/2014 em 6 de junho de 2014 (Processos nºs 08190.103315/07-61 e 08190.142208/14-50).

Pôr do Sol / Sol Nascente

Desde 24 de outubro de 2012, o MPDFT tem lote reservado para construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 4.040,15m², está situado no Trecho 3, Quadra 102, Área Especial 2, ao lado da área destinada ao TJDF. A doação ainda não foi formalizada. No entanto, os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.178329/14-76).

Riacho Fundo

a) Edifício-Sede

Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, que antes ocupava um galpão de 360,00m² próximo à rodoviária, está instalada, desde o mês de janeiro de 2014, em prédio alugado situado no CLN 5, Bloco B, salas 101, 201 e 301, Riacho Fundo I, numa área de 910,02m², pelo valor de R\$26.200,00. O habite-se nº 11 foi concedido em 5 de junho de 2013. A consulta prévia nº 595 foi formalizada em 25 de novembro de 2013 e a licença de funcionamento nº 00033/2014 concedida em 17 de julho de 2014 (Processo nº 08190.183927/12-03).



O prédio da PJ do Paranoá foi inaugurado em junho de 2008.



As PJs de Planaltina estão instaladas em prédio próprio.



Inauguração da PJ do Riacho Fundo em prédio alugado.

b) Lotes

No Riacho Fundo I, o MPDFT possui o lote E da QS 2, Riacho Fundo I, medindo 4.518,00m², situado próximo ao Fórum. O terreno é destinado à construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça, desde 2 de maio de 2007 e está registrado na matrícula 44735, no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.103310/07-47).

No Riacho Fundo II, desde 19 de setembro de 2012, o lote 1 da QN 22, Conjunto 5 – Riacho Fundo II, está reservado ao MPDFT. A doação ainda não foi formalizada, mas os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.142526/14-75 e Processo nº 390.000.596/2012).

Recanto das Emas

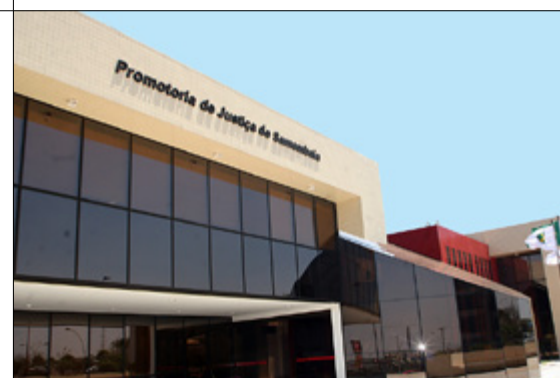
O MPDFT possui o lote 28 da Quadra 102, no Setor Hospitalar, medindo 5.081,53m². O imóvel foi entregue em 4 de março de 2011 e está registrado na matrícula 303968, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Existe óbice para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça, em razão de sua destinação. Novas providências estão em andamento (Processo nº 08190.103306/07-70).

Samambaia

A Promotoria de Justiça de Samambaia está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em setembro de 2007, foi erguido na Área Urbana 1 da Quadra 302. O imóvel, de 4.583,35m² (RIP nº 9701.24698.500-5), foi entregue ao MPDFT em agosto de 1994 e está registrado na matrícula 196884, livro 02, fls. 01, do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 24 foi concedido em 18 de julho de 2007. A consulta prévia nº 2374 foi formalizada em 12 de dezembro de 2013 e o requerimento da licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.103314/07-06).

Santa Maria

A Promotoria de Justiça de Santa Maria está instalada em prédio próprio. O Edifício-Sede, inaugurado em maio de 2010, foi erguido no Lote 14 do Conjunto A, na QR 211, ao lado do Fórum. O imóvel, de 2.206,86m², foi entregue ao MPDFT em 18 de junho de 2003 (RIP nº 9701.23966.500-9) e está registrado na matrícula 21, livro 01, fls. 02, do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O habite-se nº 25 foi concedido em 16 de junho de 2010. O requerimento da



A PJ de Samambaia ocupa prédio próprio de 4.583,35m².



O prédio das PJ de Santa Maria foi inaugurado em maio de 2010.

licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.103312/07-72).

São Sebastião

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça de São Sebastião, que antes ocupava 125,00m² nas dependências do Fórum, está instalada em prédio alugado, pelo valor de R\$13.892,80, desde o mês de dezembro de 2012. O edifício, situado na Avenida Comercial, Lote 1151, Setor Tradicional, tem 966,73m², não tem habite-se nem licença de funcionamento. A cidade é toda irregular. Existe Ação Judicial solicitando a devolução do imóvel, requerida pelo novo proprietário (Processo nº 77374-58.2013.4.01.3400 – 5ª Vara Federal).

b) Lote

O Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça está em construção no lote 3, localizado no Centro de Múltiplas Atividades. O imóvel, de 2.134,23m², foi entregue em 18 de junho de 2003 (RIP nº 9701.23962.5007) e está registrado na matrícula 23, livro 01, fls. 02, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF. A construção, iniciada em 15 de janeiro de 2013, terá 3.856,77m², com prazo de conclusão previsto para o mês de dezembro de 2015 (Processo nº 08190.103309/07-68).

Sobradinho

a) Edifício-Sede

A Promotoria de Justiça de Sobradinho, que antes ocupava 384,77m² nas dependências do Fórum, está instalada em prédio alugado, desde o mês de novembro de 2011, localizado próximo ao Fórum, na Quadra Central, Bloco 7, Edifício Sylvia, Térreo, 2º e 3º andares – Sobradinho I, em uma área de 940,00m². O valor do aluguel é R\$ 22.022,68. O habite-se nº 69 foi concedido em 26 de maio de 1982. A consulta prévia nº 229 foi formalizada em 18 de fevereiro de 2014 e o requerimento da licença de funcionamento está sob análise dos órgãos administrativos competentes (Processo nº 08190.197180/10-28).

As novas instalações não atendem as exigências do MPDFT, o acesso aos andares é por escada e não tem estacionamento privativo. Até o momento o proprietário tem criado obstáculo para instalação de elevador.

b) Lotes

O MPDFT possui o lote Q da Quadra Central, Setor Comercial, Sobradinho. O imóvel tem área de 2.159,54m² e foi entregue em 18 de junho de 2013. Está registrado na matrícula 13495, do Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis do DF. O terreno não comporta a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça porque no subsolo passa adutora da CAESB (Processos nºs 08190.103302/07-19 e 260.015.200/2001-GDF). No local, que já está cercado, o MPDFT constrói um estacionamento privativo e um ponto de apoio aos membros e servidores.

Desde 28 de março de 2011, o MPDFT requereu a doação do lote localizado na AR 16, Conjunto 3, Lote 02 – Sobradinho II, que tem área de 3.012,35 m². O requerimento encontra-se sob análise dos órgãos administrativos competentes.

Em 17 de julho de 2012, o MPDFT requereu a doação do lote situado na Área Especial nº 3, Lote 10 – Sobradinho I, medindo 10.000,00m², próximo à garagem do TJDFT, para a construção de depósito e garagem. O requerimento está em análise nos órgãos administrativos competentes. O imóvel identificado está registrado na matrícula nº R2. 10619 do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Ofício nº 883/2012, Processos nºs 08190.131697/10-72 e 390.000.588/2012-GDF).

Em 18 de junho de 2013, o MPDFT requereu a doação do lote situado na Área Especial nº 2 da Quadra 12 – Sobradinho I, medindo 6.998,51m², para a construção do Edifício-Sede da referida Promotoria de Justiça. O requerimento aguarda aprovação do Projeto de Lei nº 2038/2014, que foi encaminhado à Câmara Legislativa do DF, neste mês de outubro de 2014. O imóvel está registrado na matrícula nº 145910 do Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Ofício nº 831/2013-PGJ – Processos nºs 08190.186786/14-43 e 777.001.966/2013-GDF).

Taguatinga

Sede temporária: A Promotoria de Justiça de Taguatinga tem prédio próprio, mas está temporariamente instalada em imóvel alugado situado na QS 1, Rua 210, Lote 40, Centro Empresarial Taguatinga Shopping, salas 315/328, 1206/1208, 1305/1308 e 1406/1408, em Águas Claras. O valor do aluguel é R\$ 80.481,53.

Edifício-Sede: O Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça, inaugurado em 1999, erguido na Área Especial 14/15 – Taguatinga Norte, com área de 3.980,92m², e entregue em 24 de abril de 1997 (RIP nº 9701.17586.500-2 9), está em processo de reforma. O imóvel é registrado na matrícula 153402, livro 02, fls. n/t do Cartório do 3º



A Promotoria de Justiça de Taguatinga está temporariamente instalada em imóvel alugado enquanto o prédio próprio (foto) passa por reformas.

Ofício de Registro de Imóveis do DF (Processo nº 08190.096196/07-18 e 08190.142215/14-15). O habite-se nº 136 foi concedido em 26 de novembro de 1998 e a consulta prévia nº 1319 foi formalizada em 19 de novembro de 2013. Os requerimentos da licença de funcionamento e do novo habite-se deverão ser protocolados após a conclusão da obra.

Varjão

Desde 6 de fevereiro de 2014, o MPDFT tem lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 1.847,14m², está situado na Quadra 6, Conjunto H, Lote 7 – Varjão, e a doação ainda não foi formalizada. Os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.142527/14-38).

Vicente Pires

Desde 6 de maio de 2013, há lote reservado para a construção do Edifício-Sede da respectiva Promotoria de Justiça. O imóvel, de 4.000,01m², está situado na Rua 9 da Quadra 1-E, Lote 7, Área Especial, Vicente Pires. A doação ainda não foi formalizada, mas os procedimentos administrativos estão em andamento (Processo nº 08190.142532/14-78).

Lotes requeridos e que ainda não foram reservados

O MPDFT formalizou pedidos para reserva e posterior doação de lotes destinados à construção de Edifícios-Sedes das Promotorias de Justiça:

a) Arapoanga (Ofício nº 900/2012-PGJ, de 20 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178324/14-52 e 390.000.590/2012-GDF).

b) Fercal (Ofício nº 881/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178328/14-11 e 390.000.586/2012-GDF).

c) Candangolândia (Ofício nº 874/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178334/14-14 e 390.000.595/2012-GDF).

d) Park Way (Ofício nº 878/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178326/14-88 e 390.000.599/2012-GDF).

e) Setor de Administração Federal Sul (Ofício nº 905/2012-PGJ, de 20 de julho de 2012, Processos nºs 08190.142525/14-09 e 390.000.605/2012-GDF).

f) Setor de Indústria e Abastecimento – SIA (Ofício nº 880/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Processos nºs 08190.178325/14-15 e 390.000.600/2012-GDF).

g) Sudoeste/Octogonal (Ofício nº 876/2012-PGJ, de 17 de julho de 2012, Ofício nº 727/2014-PGJ, Processos nºs 08190.178337/14-02 e 390.000.597/2012-GDF).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma missão muito difícil reproduzir no papel os feitos de um período de quatro anos. Principalmente, quando a equipe é composta por profissionais eficientes, altamente produtivos e comprometidos com a missão que lhes foi delegada.

Posso afirmar, com segurança, que, nos últimos quatro anos, a Administração Superior trabalhou obstinadamente para implementar os compromissos assumidos nos Planos de Gestão (2010-2012 e 2012-2014), pelo alcance dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico e, principalmente, pelo cumprimento da missão institucional do MPDFT.

Os dados relatados até aqui dão conta de que o esforço valeu a pena. Estou certa de que cada um dos membros, servidores, terceirizados e estagiários vinculados diretamente à Administração Superior deram o melhor de si e contribuíram sobremaneira para o alcance dos objetivos propostos.

Agradeço a cada um e a todos por terem prosseguido comigo nessa caminhada, sempre com dedicação, zelo, empenho, presteza, senso de responsabilidade no exercício de suas funções, além de absoluta lealdade e compromisso com os objetivos institucionais do MPDFT. Nenhum dos feitos aqui registrados seria possível sem o envolvimento de toda equipe. A dívida de gratidão, portanto, é imensa!

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça




Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial